2020-Questionário IEGM: i-Saúde

Resposta do questionário 1

Quesitos i-Saúde

1. O município possui informação sistematizada sobre os gargalos/demanda reprimida de atendimento ambulatorial/hospitalar de média e alta complexidade de referência para a Atenção Básica?	Sim
1.1 Que tipo de sistema? [Sistema Estadual de acompanhamento]	Sim
1.1 Que tipo de sistema? [Próprio]	Não
1.1 Que tipo de sistema? [Terceirizado]	Sim
1.2 Qual é o tempo médio de espera (em dias) até a primeira consulta?	1
2. O município disponibiliza consultas médicas à distância utilizando instrumentos tecnológicos (telefone, Internet, etc.)?	Sim
3. O Município divulga nas UBS, em local acessível ao público, a escala atualizada de serviço dos profissionais de saúde contendo o nome e o horário de entrada e saída destes servidores?	Sim
4. Quantas unidades de saúde (estabelecimentos físicos) possuem AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros)?	12
5. Quantas unidades de saúde (estabelecimentos físicos) possuem alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária, ou documentação comprovando que cumprem as exigências pertinentes às instalações, aos equipamentos e à aparelhagem adequada e à assistência	20
6. O município possui gestão de estoque dos insumos (Ex.: luvas, capotes, gorros, máscaras e seringas) para operacionalização da sua atenção básica: estoque mínimo, variação do estoque?	SIM (informatizada)
6.1 Quantas unidades de saúde possuem essa gestão de estoque?	22
7. O atendimento nas unidades municipais que prestam assistência em saúde já foi interrompido ou descontinuado por falta de insumos?	Não
8. A prefeitura realizou campanha anual ou incentivo em grupos de gestantes para a promoção do aleitamento materno?	Sim
9. O município identifica e mantém registro atualizado dos pacientes de quais fatores de risco/doenças crônicas? [Hipertensão]	Sim
9. O município identifica e mantém registro atualizado dos pacientes de quais fatores de risco/doenças crônicas? [Diabetes Mellitus]	Sim

9. O município identifica e mantém registro atualizado dos pacientes de quais fatores de risco/doenças crônicas? [Obesidade]	Não
9. O município identifica e mantém registro atualizado dos pacientes de quais fatores de risco/doenças crônicas? [Asma]	Não
9. O município identifica e mantém registro atualizado dos pacientes de quais fatores de risco/doenças crônicas? [DPOC - Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica]	Não
9. O município identifica e mantém registro atualizado dos pacientes de quais fatores de risco/doenças crônicas? [Outros]	
10. Os médicos cumprem integralmente sua jornada de trabalho?	SIM
11. As unidades básicas de saúde no município possuem condições técnicas para realização de tratamento supervisionado para os casos de tuberculose?	SIM, a maior parte das UBS possui
12. Qual o percentual de unidades com sala de vacinação com funcionamento em 05 dias da semana?	94
13. Os médicos da UBS possuem sistema de controle de ponto mecânico ou eletrônico (Ex.: biométrico, digital, etc)?	Sim
14. O município disponibiliza serviço de agendamento de consulta médica nas UBSs por meio de telefone, VOIP, Internet, totem, etc.?	Não
15. Foi realizada ação para a promoção da saúde bucal nas escolas?	SIM, com consulta odontológica das crianças
16. Sobre a presença de médicos nas ESF, informe:	A maior parte das equipes conta com médicos
17. Quanto ao número de nascidos vivos no município no ano de 2019, informe:	
17.1 Número de nascidos vivos de mães residentes no município:	Outros
17.1 Número de nascidos vivos de mães residentes no município: [Outros]	4309
17.2 Número total de nascidos vivos de mães residentes no município que realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal na rede municipal de saúde:	Outros
17.2 Número total de nascidos vivos de mães residentes no município que realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal na rede municipal de saúde: [Outros]	1939
17.3 Número de óbitos de crianças com menos de 5 anos de idade:	Outros
17.3 Número de óbitos de crianças com menos de 5 anos de idade: [Outros]	344
18. Sobre o Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de 2 anos de idade, informe o percentual de cobertura:	
18.1 Vacina Pentavalente (3ª dose):	Outros

18.1 Vacina Pentavalente (3ª dose): [Outros]
57
18.2 Vacina Pneumocócica 10-valente (2ª dose):
Outros
18.2 Vacina Pneumocócica 10-valente (2ª dose): [Outros]
59
18.3 Vacina Poliomielite (3ª dose):
Outros
18.3 Vacina Poliomielite (3ª dose): [Outros]
56.9
18.4 Vacina Tríplice Viral (1ª dose):
Outros
18.4 Vacina Tríplice Viral (1ª dose): [Outros]
43.4
19. O Conselho Municipal da Saúde é atuante e demonstra eficácia do controle social?
Sim
19.1 Qual o número de irregularidades apontadas?
21
19.2 Quantas irregularidades foram solucionadas?
18
20. Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Municipal de Saúde em 2019?
10
21. Qual a principal razão para pagamento de horas extras para os médicos?
Não existe pagamento de horas extras
21. Qual a principal razão para pagamento de horas extras para os médicos? [Outros]
22. O município possui Plano Municipal da Saúde atualizado, contendo metas físico-financeiras quantificáveis?
Sim
23. O Fundo Municipal movimenta todos os recursos da Saúde mediante contas bancárias próprias?
Sim
24. O município tem implantado o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus)?
Sim
25. Houve aprovação da Gestão da Saúde pelo Conselho Municipal de Saúde?
Sim
26. Sobre a infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de saúde do município no ano de 2019, responda: [Quantas unidades de saúde necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc) em dezembro do exercício em exame?]
22
26. Sobre a infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de saúde do município no ano de 2019, responda: [Quantas unidades de saúde tiveram seu funcionamento interrompido ou foram abandonadas por problemas de infraestrutura?]
0
27. Sobre saúde materna e infantil no ano de 2019, informe: [Número de testes realizados para o diagnóstico da sífilis entre gestantes (vide Obs):]
5238

27. Sobre saúde materna e infantil no ano de 2019, informe: [Número de partos normais do SUS:]
2784
27. Sobre saúde materna e infantil no ano de 2019, informe: [Número de partos cesarianos do SUS:]
2454
27. Sobre saúde materna e infantil no ano de 2019, informe: [Número de óbitos maternos (ocorridos após o término da gravidez referente a causas ligadas ao parto, puerpério e a gravidez):]
3
27. Sobre saúde materna e infantil no ano de 2019, informe: [Número de casos novos de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade:]
134
28. As despesas consideradas, para fins de apuração do mínimo constitucional de aplicação de recursos próprios em saúde, foram de responsabilidade específica do setor de saúde e com recursos municipais movimentados somente pelo Fundo Municipal de Saúde?
Sim
29. Existe controle de tempo de atendimento dos pacientes nas UBS (horário de entrada x horário de atendimento médico)?
Sim
30. Qual a quantidade de unidades de saúde (estabelecimentos físicos) existentes no município no exercício em exame?
22
31. O Município implantou e/ou estruturou a Central de Regulação da Saúde no Município?
Sim
32. Há controle do fluxo dos relatórios de referência e contra referência por especialidade?
Sim
32.1 O controle é informatizado?
Sim
33. O Município possui protocolos de encaminhamento para realização de exames médicos e de consultas de especialidades para as referências?
Sim
34. A Prefeitura/Secretaria da Saúde Municipal possui Plano de Cargos e Salários para seus profissionais de saúde?
Sim
34.1 Qual o número da lei?
lei Municipal nº 13.734/1995
35. A gestão municipal remunera e premia os trabalhadores considerando o desempenho de acordo com metas e resultados pactuados com as equipes de atenção básica?
Não

2020-Questionário IEGM: i-Planejamento

Resposta do questionário 1

Quesitos i-Planejamento

1. O planejamento da prefeitura, para o ano de 2019, foi estruturado através de programas, indicadores, metas e ações?
Sim
2. Existe órgão ou servidor responsável pelo controle interno da Prefeitura com atribuições formalmente definidas e com a apresentação de relatórios periódicos?
Sim
2.1 Com base no relatório do Controle Interno, o Prefeito determinou as providências cabíveis?
SIM, de todos os apontamentos
3. O servidor responsável pela contabilidade do município é ocupante de cargo de provimento efetivo?
Não
4. Existe equipe estruturada para realização do planejamento municipal (PPA, LDO e LOA)?
Sim
5. A LDO estabelece, por ação do governo, custos estimados, indicadores e metas físicas?
Sim
6. A LDO prevê critérios para limitação de empenho e movimentação financeira?
Sim
7. A LDO prescreve critérios para repasses a entidades do terceiro setor?
Sim
8. Há estrutura administrativa voltada para planejamento?
Sim
9. A estrutura de planejamento foi criada com cargos específicos (analista/técnico de planejamento e orçamento)?
Sim
10. Os servidores responsáveis pelo planejamento recebem treinamento específico para a matéria?
Sim
11. Os servidores dos demais setores, excluindo os do planejamento, recebem treinamento sobre planejamento?
Sim
12. Os servidores do setor de planejamento ou que cuidam dessa atividade têm dedicação exclusiva para essa matéria?
Sim
13. Há sistema informatizado para auxiliar na elaboração do planejamento?
Sim
14. O sistema informatizado é descentralizado (os setores o alimentam e a unidade central de planejamento consolida)?
Sim
15. Além das audiências públicas, há levantamentos formais dos problemas, necessidades, deficiências do Município antecedentes ao planejamento?
Sim
16. Os diagnósticos serviram para as soluções e estão materializados nas peças orçamentárias?
Sim

17. Para a elaboração do diagnóstico é levado em conta algum plano do governo federal ou estadual?	Sim
18. Qual a forma de realização das audiências públicas para a elaboração das peças orçamentárias (PPA/LDO/LOA)? [Presenciais]	Sim
18. Qual a forma de realização das audiências públicas para a elaboração das peças orçamentárias (PPA/LDO/LOA)? [Pela Internet]	Não
18. Qual a forma de realização das audiências públicas para a elaboração das peças orçamentárias (PPA/LDO/LOA)? [Outro]	Não
18. Qual a forma de realização das audiências públicas para a elaboração das peças orçamentárias (PPA/LDO/LOA)? [Não realiza audiências públicas]	Não
19. As coletas de sugestões pela Internet ficam disponíveis durante quanto tempo antes da elaboração de cada peça orçamentária?	Não há coleta de sugestões pela internet
21. Há uma margem ou projetos destinados para programas ou projetos originários da participação popular?	Sim
22. Qual a forma de divulgação das audiências públicas? [Diário Oficial]	Sim
22. Qual a forma de divulgação das audiências públicas? [Jornais]	Não
22. Qual a forma de divulgação das audiências públicas? [Panfletos]	Não
22. Qual a forma de divulgação das audiências públicas? [Carro de Som]	Sim
22. Qual a forma de divulgação das audiências públicas? [Website da Prefeitura]	Sim
22. Qual a forma de divulgação das audiências públicas? [Mural]	Não
22. Qual a forma de divulgação das audiências públicas? [Faixas]	Não
22. Qual a forma de divulgação das audiências públicas? [Outro]	Sim
23. As audiências públicas são transcritas em atas?	Sim
24. As atas das audiências públicas são divulgadas na Internet?	Não
25. As audiências públicas são gerais, englobando todas as funções de governo?	Sim
26. As audiências públicas são setorizadas, divididas por temas (saúde, ensino, assistência social...)?	Sim
27. O conteúdo da lei orçamentária é desdobrado até o nível de elemento de despesa?	Sim

28. Na lei orçamentária, qual o percentual para abertura de créditos adicionais por decreto?
Mais de 20%
29. As alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferência podem ser realizadas por decreto?
Sim
30. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias estão definidos os critérios de contingenciamento?
Sim
31. Há previsão para a inclusão de emendas parlamentares no orçamento?
Sim
32. Os setores da Prefeitura têm conhecimento prévio da previsão de receita cabível para elaborarem suas dotações?
Sim
33. Há acompanhamento da execução do planejamento?
Sim
33.1 Existem avaliações formais (relatórios) quanto à: [Percepção de coerência, em todos os programas, do necessário encadeamento lógico-causal entre os insumos que mobiliza, os produtos/ações que gera, os resultados que provoca e os impactos esperados pela sociedade]
Não
33.1 Existem avaliações formais (relatórios) quanto à: [Análise quanto a se Programas, Metas e Ações são mensurados por um ou mais indicadores próprios e adequados, e que permitam aferir a situação atual (aquela que se pretende modificar) e os avanços obtidos ao longo da execução do programa (em direção àquela mudança pretendida)]
Sim
33.1 Existem avaliações formais (relatórios) quanto à: [Avaliação entre os produtos ofertados à população e as reais demandas da sociedade, coletadas, principalmente, nas audiências públicas realizadas e nos demais instrumentos de diagnóstico dos problemas, necessidades e deficiências do município]
Não
33.2 Sobre programas, ações e metas do PPA: [Há estudo para elaboração/definição dos programas do PPA]
Sim
33.2 Sobre programas, ações e metas do PPA: [Os programas articulam um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema ou necessidade da sociedade]
Sim
33.2 Sobre programas, ações e metas do PPA: [Os indicadores são mensuráveis e estão coerentes com as metas físico-financeiras estabelecidas]
Sim
33.2 Sobre programas, ações e metas do PPA: [As metas físicas e financeiras são desafiadoras e pertinentes à realidade do município]
Não
33.3 O monitoramento da execução orçamentária serve de retroalimentação para o replanejamento dos programas e metas das peças orçamentárias?
SIM, sem formalização para o prefeito
34. Há relatórios mensais levados ao conhecimento do Prefeito sobre a execução orçamentária?
Sim
35. As peças que compõem o planejamento são divulgadas com os indicadores de programas e metas de ações governamentais previstos X realizados?
Sim
36. As peças de planejamento (PPA, LDO, LOA) são entregues no prazo?
Sim
37. Antes de efetivar uma contratação, o município consulta o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos dispostos nos artigos 22 e 23 da Lei Federal nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção)?
Sim

38. O Município informa e mantém atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos dispostos nos artigos 22 e 23 da Lei Federal nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção)?
Sim

39. Os Avisos de Licitação, inclusive na modalidade de Pregão, são publicados em Diário Oficial eletrônico?
Sim

39.1. Informe o endereço eletrônico correspondente:
Diário Oficial dos Municípios do Estado do Pará

40. indique quais itens estão contidos nos Avisos de Licitação publicados: [Definição do objeto da licitação]
Sim

40. indique quais itens estão contidos nos Avisos de Licitação publicados: [Indicação do local, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital]
Sim

40. indique quais itens estão contidos nos Avisos de Licitação publicados: [Indicação do valor da licitação]
Sim

40. indique quais itens estão contidos nos Avisos de Licitação publicados: [Indicação do local, dia e hora em que será realizada a licitação]
Sim

40. indique quais itens estão contidos nos Avisos de Licitação publicados: [Indicação do gênero do objeto licitado]
Sim

40. indique quais itens estão contidos nos Avisos de Licitação publicados: [Nenhuma das alternativas anteriores]
Não

2020-Questionário IEGM: i-Gov TI

Resposta do questionário 1

Quesitos i-Gov TI

1. A prefeitura municipal possui um PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação - vigente que estabeleça diretrizes e metas de atingimento no futuro?
Não possui PDTI
1.1. O PDTI é divulgado na Internet?
N/A
2. A prefeitura municipal possui documento formal publicado que estabeleça procedimentos quanto ao uso da TI pelos funcionários municipais, conhecido como Política de Uso Aceitável ou Política de Segurança da Informação?
Não
3. A prefeitura municipal possui quadro com funcionários de área de Tecnologia da Informação?
SIM, com funcionários temporários
4. A prefeitura municipal define as competências necessárias para as atividades de seu pessoal de TI (área de formação, especialização etc.)?
Sim
5. A prefeitura disponibiliza, periodicamente, programas de capacitação e atualização para o pessoal de TI?
Sim
5.1. Qual a periodicidade:
Anualmente
6. A prefeitura mantém site na Internet com informações atualizadas (semanalmente)?
Sim
7. Há publicação dos valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos? (CF, art. 39, § 6º)
SIM
8. Os dados e documentos relativos a contratos de processos licitatórios são divulgados na Internet?
Sim
9. Os dados relativos à transparência na gestão fiscal (planejamento, execução orçamentária, arrecadação de tributos etc.) são divulgados na página eletrônica do Município, nos termos do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal?
Sim
9.1 Selecione os instrumentos divulgados na página eletrônica do Município: [PPA, LDO e LOA (marcar apenas se o município divulgar os três documentos)]
Sim
9.1 Selecione os instrumentos divulgados na página eletrônica do Município: [Balanços do Exercício]
Sim
9.1 Selecione os instrumentos divulgados na página eletrônica do Município: [Parecer Técnico do TCE]
Não
9.1 Selecione os instrumentos divulgados na página eletrônica do Município: [RREO e sua versão simplificada]
Sim
9.1 Selecione os instrumentos divulgados na página eletrônica do Município: [RGF e sua versão simplificada]
Não

10. Sobre as compras públicas (licitações) que tenham como objeto equipamentos de TI, softwares ou serviços que envolvam a Tecnologia da Informação, responda:

Há participação do pessoal de TI no processo de compra (especificação técnica, comissão de julgamento, recebimento do objeto)

11. Sobre os dados da Dívida Ativa da prefeitura municipal, responda:

Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência indireta do município, ou seja, está em sistemas terceirizados

11.1 Há controle eletrônico dos prazos de lançamento da Dívida Ativa (art. 173 CTN)?

Sim

12. Sobre os dados do IPTU do município, responda:

Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência indireta do município, ou seja, está em sistemas terceirizados

13. Sobre a arrecadação tributária municipal, no que diz respeito ao ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), responda:

A prefeitura possui nota fiscal eletrônica (NFE) e os dados de contribuintes estão em sua posse indireta, ou seja, gerenciados ou administrados por empresas terceirizadas.

14. Sobre compras públicas (licitações) que tenham por objetivo desenvolvimento, melhoria ou manutenção de software, responda qual métrica é utilizada para determinar o tamanho do software (e consequentemente o prazo e custo):

Não houve licitações de software

15. Os dados e documentos relativos a editais dos processos licitatórios são divulgados na Internet?

Sim

16. Há uso de tecnologia (internet) para as modalidades de licitação (compras eletrônicas)?

Sim

16.1 Que tecnologia (internet) é utilizada para as modalidades de licitação (compras eletrônicas)? [Sistema Próprio]

Não

16.1 Que tecnologia (internet) é utilizada para as modalidades de licitação (compras eletrônicas)? [Banco do Brasil]

Não

16.1 Que tecnologia (internet) é utilizada para as modalidades de licitação (compras eletrônicas)? [ComprasNet]

Sim

16.1 Que tecnologia (internet) é utilizada para as modalidades de licitação (compras eletrônicas)? [Outros]

17. Os sistemas e softwares disponibilizados são divulgados aos usuários e eles recebem treinamento adequado para a utilização dos mesmos?

SIM, é divulgado e há treinamento

18. O município possui legislação municipal que trata de Acesso à Informação?

Sim

19. Os dados relativos a atas da comissão de licitação de processos licitatórios são divulgados na Internet?

Sim

20. Há divulgação, em página eletrônica, em tempo real, das receitas arrecadadas e a espécie de despesa que está sendo realizada, indicando valor, fornecedor e, se for o caso, o tipo da licitação realizada? (LRF, art. 48-A)

Sim

20.1 Quais informações? [Atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa e da sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado.]

Sim

20.1 Quais informações? [Do lançamento e do recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.]

Não

21. Há divulgação dos tributos arrecadados? (CF, art. 162)

SIM

22. A Prefeitura criou o Serviço de Informação ao Cidadão? (LF nº 12.527/11, art. 9º)

Sim

23. (Para municípios com mais de 10.000 habitantes) Há divulgação, em página eletrônica, de repasses a entidades do 3º setor, informações sobre licitações e ações governamentais? (LF nº 12.527/11, art. 8º, § 1º)

SIM

24. As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficam disponíveis, durante todo o exercício, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade? (LRF, art. 49)

Sim

25. Houve encaminhamento à União das informações alusivas às contas do ano anterior? (LRF, art. 51, § 1º, I)

SIM

2020-Questionário IEGM: i-Fiscal

Resposta do questionário 1

Quesitos i-Fiscal

1. O repasse de duodécimos às Câmaras foi realizado dentro dos limites legais, de acordo com o art. 29-A da Constituição Federal?
Sim
2. Os repasses para o regime geral ou regime próprio de previdência social do ano de 2019 foram realizados em qual prazo?
Todos os repasses foram dentro do prazo legal
3. A Prefeitura aderiu a algum parcelamento de encargos sociais (Regime Geral/Regime Próprio)?
SIM
3.1 As parcelas estão sendo pagas no vencimento?
Todas as parcelas foram pagas no vencimento (sem atraso)
4. O município tem adotado medidas efetivas para aumento da arrecadação?
Sim

4.1 Quais medidas?

O Município de Marabá através da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária tem adotado as seguintes medidas para aumento da arrecadação:

1. Monitoramento, controle e fiscalização de contribuintes optantes pelo Simples Nacional com o cruzamento de informações da base de dados da Receita Federal do Brasil com as da SEGFAZ, resultando num aumento de arrecadação municipal para esse regime de 206,45% em 2019 comparado a 2015;
2. Com os trabalhos desenvolvidos com o Simples Nacional, resultou, também, em aumento indireto e permanente de receitas de Taxas de Poder de Polícia e de IPTU;
3. Implantação no mês de Abril de 2020 de nova ferramenta que irá auxiliar no controle, arrecadação e fiscalização de Instituições Financeiras e assemelhadas denominada Declaração de Instituições Financeiras e Assemelhadas – DES-IF, disponível no Portal de Serviços da Prefeitura de Marabá através do endereço <https://maraba.pa.gov.br/des-if-declaracao-eletronica-de-servicos-de-instituicoes-financeiras/>;
4. Recentemente, foi realizado trabalhos de fiscalização de contribuintes enquadrados no item 21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais da lista de serviços da LC 116, que resultou em recuperação e lançamento de créditos tributários de valor considerável. Esse trabalho também culminou num monitoramento e controle constante de maior efetividade para esse segmento;
5. Em 2016, o Município de Marabá aderiu ao convênio com a Junta Comercial do Estado do Pará (JUCEPA) para se integrar a REDESIM através do REGIN. O Sistema de Registro Integrado - REGIN é um sistema informatizado que integra os órgãos públicos envolvidos no Registro de Empresas (Junta Comercial, Registro Civil das Pessoas Jurídicas, Receita Federal, Secretaria de Fazenda Estadual, Prefeituras) com objetivo de desburocratizar os processos de abertura e alteração de Empresas;

Com essa integração, o Município de Marabá passou a ter conhecimento de todos os estabelecimentos que atuam na cidade, bem como, passou a ter acesso a todos os atos arquivados na JUCEPA, melhorando as informações cadastrais para atuação da Procuradoria Fiscal do Município nas execuções fiscais;

6. O Município de Marabá, tem adotado trabalhos de fiscalização segmentada por tipo de atividade, buscando primeiramente, sempre a fiscalização orientativa visando a educação fiscal. Após a fase orientativa, é iniciada ação fiscal com aplicação de Autos de Infração, caso o contribuinte não se autorregularize. Esse tipo de trabalho vem sendo desenvolvido em semelhança ao praticado pela Receita Federal do Brasil denominado "Sistema Alerta";
 7. O Município de Marabá, vem buscando celebrar convênios com a Receita Federal do Brasil (RFB) para troca de informações econômico-fiscais de interesse mútuo entre esses Fiscos visando atualização cadastral e subsidiar os trabalhos de fiscalização. Atualmente, temos 2 (dois) convênios vigentes com a RFB, um para a troca de informações econômico-fiscais e fiscalização conjunta e outro para o fornecimento da Escrituração Contábil Digital – ECD do Sistema SPED;
- O Município de Marabá está trabalhando para celebrar seu terceiro convênio com a RFB para acesso as informações da e-Financeira, o qual dará a possibilidade de acesso a movimentação financeira de contribuintes que estejam sob ação fiscal;
8. O Município de Marabá, também tem celebrado convênio com a Secretaria de Estado de Fazenda do Pará (SEFA) para acesso as informações relativas ao IPM (Índice de Participação dos Municípios) visando o desenvolvimento de trabalhos de acompanhamento da cota-parte do ICMS pertencentes a Marabá;
 9. O Município de Marabá, também tem celebrado convênio com a Agência Nacional de Mineração (ANM) para acesso as informações relativas a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) visando o desenvolvimento de trabalhos de acompanhamento da cota-parte da CFEM pertencentes a Marabá;
 10. O Município de Marabá, vem desenvolvendo trabalhos para atualização da Planta Genérica de Valores (PGV) para ampliar a base cadastral e da base de cálculo do IPTU e ITBI;
 11. Monitoramento e controle permanente das atividades desenvolvidas na Mina de Cobre Salobo, principalmente as relativas ao ISS Retido, proveniente dos serviços tomados pela empresa Salobo Metais S.A., subsidiária da Vale S.A.;
 12. Estamos em fase inicial de estudo para implantação de Domicílio Tributário Eletrônico (DTE) para o envio e comunicação dos atos oficiais da SEGFAZ com os contribuintes de Marabá;
 13. Estamos em fase inicial de estudo para implantação de sistema de gestão de obras para controle e acompanhamento das obras de edificação visando a arrecadação do ISSQN e atualização da base cadastral do IPTU e ITBI;
 14. O Município de Marabá, através de indicação da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), é representante titular no Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) - Protocolo ENAT nº 11/2015, objetivando desenvolver os trabalhos de especificação e implantação de uma solução única de Nota Fiscal Eletrônica de Serviço (NFS-e) em Padrão Nacional.
- O projeto da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica Nacional (NFS-e Nacional) visa à instituição de um padrão nacional para emissão de NFS-e, à construção de um repositório nacional para controle das NFS-e expedidas e à disponibilização de emissor de nota pública, também em versão mobile, nos termos do protocolo de cooperação assinado no âmbito do ENAT.
- O projeto da NFS-e (mais um produto do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED) oferece uma cesta de produtos tecnológicos ao município, à empresa e ao cidadão.
- Um piloto do projeto da NFS-e Nacional já foi executada em Marabá-PÁ nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2019 com a parceria do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Pará e foi um sucesso.
- A Nota Fiscal de Serviço Eletrônica Nacional (NFS-e Nacional) é um projeto que já está aguardando entrar em produção nos municípios brasileiros. Também, será uma solução tecnológica para a modernização e simplificação da arrecadação, e uma alternativa para melhoria no ambiente de negócios do país.
- O Município de Marabá será um dos primeiros a ter implantado essa solução única de Nota Fiscal Eletrônica de Serviço (NFS-e) em Padrão Nacional.

5. O instrumento da planta genérica de valores (PGV) foi aprovado por lei, conforme previsto no CTN (arts. 33, 97 e 148)?
Sim
5.1 A lei orçamentária ou código tributário municipal preveem a revisão periódica obrigatória da planta genérica de valores (PGV)?
Sim
5.2 Qual a data da última atualização?
2010-12-30 00:00:00
6. O município auferir receita de ISSQN incidente sobre os serviços relacionados pelo setor bancário?
Sim
6.1 Quais os tipos de fiscalização específica do ISSQN sobre o setor bancário que a prefeitura efetua? [Serviços bancários]
Sim
6.1 Quais os tipos de fiscalização específica do ISSQN sobre o setor bancário que a prefeitura efetua? [Operações com cartão de crédito/débito]
Não
6.1 Quais os tipos de fiscalização específica do ISSQN sobre o setor bancário que a prefeitura efetua? [Operações de leasing (arrendamento mercantil)]
Não
6.1 Quais os tipos de fiscalização específica do ISSQN sobre o setor bancário que a prefeitura efetua? [Outros]
Considerando decisão monocrática proferida pelo Ministro do STF Alexandre de Moraes nos autos da ADI 5835 em que suspendeu-se dispositivos da Lei Complementar 157/2016 quanto ao ISS sobre serviços de plano de saúde, leasing, cartão de crédito/débito e outros, este Município de Marabá informa que lavrará AINFs relativos as atividades suspensas pelo ADI 5835 para evitar a decadência dos créditos tributários, caso o referido ADI seja rejeitado pelo Plenário do STF.
7. Há fiscalização automatizada periódica para detectar contribuintes que deixam de emitir a NFS-e por um determinado período ou apresentem queda acentuada em suas operações, a fim de detectar o fim das atividades ou a sonegação do ISSQN?
Sim
8. Há regulação específica que estabeleça critérios para a inscrição de débitos em dívida ativa?
Sim
8.1 Há dispositivo específico que estabeleça critérios para o início do trâmite da execução judicial da dívida ativa?
Sim
8.2 Há mecanismos específicos de restrição e controle na inadimplência nos parcelamentos da dívida ativa?
Sim

2020-Questionário IEGM: i-Educ

Resposta do questionário 1

Quesitos i-Educ

1. A prefeitura municipal realizou ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar - Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?
Sim
1.1 Informe as ações e medidas realizadas:
As ações e estratégias de acompanhamento da taxa de abandono escolar vão desde o monitoramento da frequência pelas equipes gestoras até a articulação com a rede de proteção. Quando se faz necessário a Secretaria de Educação, por meio do Departamento de Censo Escolar, realiza a busca ativa do estudante, a fim de identificar o motivo do abandono escolar. Caso necessário, as unidades de ensino são orientadas e o Conselho Tutelar e a Rede de Proteção são Acionadas.
1.2 Informe a quantidade de crianças que abandonaram a escola pelos seguintes motivos: [Dificuldade de acesso à escola:]
0
1.2 Informe a quantidade de crianças que abandonaram a escola pelos seguintes motivos: [Desinteresse:]
0
1.2 Informe a quantidade de crianças que abandonaram a escola pelos seguintes motivos: [Necessidade de trabalhar:]
0
1.2 Informe a quantidade de crianças que abandonaram a escola pelos seguintes motivos: [Outros:]
169
Especifique "Outros"
Não foi feito estudo específico com os dados acima mencionado
2. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de creches em 2019?
Não
2.1 Descreva a pesquisa/estudo:
3. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de pré-escola em 2019?
Sim
3.1 Descreva a pesquisa/estudo:
A diretoria de Ensino com base de dados de matrícula dos alunos de 3 anos, matriculados nos turmas de maternal, projetou e levantou o quantitativo de alunos por núcleo e bairro que necessitavam de matrícula na pré-escola no ano de 2019. No campo essa pesquisa foi feita pelas escolas nas próprias comunidades normalmente essa demanda é atendida em todas as escolas do campo.
3.2 Número de crianças matriculadas na pré-escola:
2343
3.3 Número de crianças de 4 a 5 anos não atendidas:
0
4. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) escolar em 2019?
Sim

4.1 Descreva a pesquisa/estudo:
A diretoria de Ensino com base de dados de matrícula dos alunos de 3 anos, matriculados na educação infantil bem como nas turmas de 1º ao 5º ano no ano de 2019. No campo essa pesquisa foi feita pelas escolas nas próprias comunidades normalmente essa demanda é atendida em todas as escolas do campo.
4.2 Número de crianças matriculadas nos Anos Iniciais:
15896
4.3 Número de crianças de 6 a 10 anos não atendidas:
0
5. A prefeitura aplicou algum programa municipal de avaliação de rendimento escolar?
SIM, avaliação própria ou prova padronizada (Obs. Prova padronizada é uma prova aplicada aos alunos com as mesmas questões para todas as escolas ao mesmo tempo)
6. A prefeitura municipal utilizou algum indicador de qualidade para análise da educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?
Sim
7. Que indicador(es) de qualidade foram utilizados pela prefeitura municipal para análise da educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)? [IDEB]
Sim
7. Que indicador(es) de qualidade foram utilizados pela prefeitura municipal para análise da educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)? [Indicador Estadual]
Não
7. Que indicador(es) de qualidade foram utilizados pela prefeitura municipal para análise da educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)? [Outro]
Sim
Outro – Qual?
SISPAE e Avaliação Diagnostica Municipal em Rede, A secretaria Municipal de Educação aplica, alem do SAEB (MEC/INEP) e SISPAE (SEDUC), aplica duas vezes ao ano uma, avaliação de diagnostico rede, esta avaliação é voltada para lingua portuguesa e matematica e segue as diretrizes da matriz de referencia da SAEB.
Referente ao Índice Estadual, informe:
Referente a Outro indicador, informe:
Ano da última avaliação:
2017
Nota do município na última avaliação:
4.6
Meta do município na última avaliação:
4.7
8. O município possui o Plano Municipal de Educação?
Sim
9. Sobre a infraestrutura de ensino com apoio da Tecnologia, todas as escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) possuem laboratórios ou sala de informática com computadores para os alunos da rede escolar municipal?
Não
10. Sobre a infraestrutura das escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), informe: [Quantidade de escolas adaptadas para receber crianças com deficiência (Rampas e vias de acesso à escola, adaptação de salas de aula, banheiros e áreas de esporte e recreação):]
112
10. Sobre a infraestrutura das escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), informe: [Quantidade de escolas que possuem quadra poliesportiva coberta com dimensões mínimas (18mx30m):]
51

11. Sobre a infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de ensino destinadas à creche, pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) do município no ano de 2019, informe: [Quantidade de unidades de ensino que necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc):]

105

11. Sobre a infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de ensino destinadas à creche, pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) do município no ano de 2019, informe: [Quantidade de unidades de ensino que tiveram seu funcionamento interrompido ou foram abandonadas por problemas de infraestrutura:]

0

12. O município divulga e cumpre o cardápio preestabelecido pelo(a) nutricionista?

Sim

13. Existe um estudo anual do traçado e tempo de viagem das rotas do transporte escolar?

Sim

14. Como é feita a preparação da merenda no município? [Cozinha piloto própria]

Não

14. Como é feita a preparação da merenda no município? [Nas escolas (que possuem merendeiras)]

Sim

14. Como é feita a preparação da merenda no município? [Terceirizada]

Não

15. Existe um controle por meio de relatórios elaborado pelo(a) nutricionista que permita atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos e acompanhamento/aceitação do cardápio proposto na rede escolar municipal?

SIM, mensalmente

16. Todos os professores da Educação Básica possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, conforme instituído no art. 62 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro DE 1996?

Não

17. O Conselho de Alimentação Escolar elaborou atas que permitam atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos, bem como avaliar o cardápio e sua aceitação pelos alunos, considerando itens como quantidade e qualidade, variedade, respeito aos hábitos locais e regionais, adequação ao horário, conservação e manuseio dos alimentos e condições higiênicas dos locais de preparo e serviço?

Sim

17.1 Qual a quantidade de visitas do CAE às escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) no exercício em exame?

80

18. O município utilizou algum programa específico que desenvolveu as competências de leitura e escrita de seus alunos na rede municipal?

Sim

19. Existe registro sobre a quantidade total (dias) de ausência dos professores por faltas (incluindo os afastamentos legais) para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?

Sim

20. O Conselho Municipal de Educação é atuante e demonstra eficácia do controle social?

Sim

20.1 Qual o número de irregularidades apontadas?

5

20.2 Quantas irregularidades foram solucionadas?

2

21. Quanto às bibliotecas e salas de leitura na rede municipal, responda: [Quantas escolas da rede municipal possuem bibliotecas?]

0

21. Quanto às bibliotecas e salas de leitura na rede municipal, responda: [Quantas escolas da rede municipal possuem sala de leitura?]	61
22. Houve entrega do material didático (livros, apostilas, etc.) aos alunos na rede municipal?	SIM, após 15 dias do início do ano letivo
23. Houve entrega do uniforme escolar à rede municipal?	NÃO
24. Existe um programa de inibição ao absenteísmo de professores em sala de aula (incluindo os afastamentos legais)?	NÃO
25. A Prefeitura/Secretaria da Educação Municipal possui Plano de Cargos e Salários para seus professores?	Sim
25.1 O plano estimula a boa qualidade e a assiduidade dos professores, com avaliação de desempenho e mecanismo de premiação para os melhores resultados de professores (implantação de um regime meritocrático)?	Sim
26. Houve entrega do Kit escolar à rede municipal?	NÃO
27. Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Municipal de Educação no último exercício?	8 ou mais reuniões
28. Quantos estabelecimentos de ensino da rede pública municipal possuíam AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) vigente no exercício em exame?	0
29. Informe a quantidade de turmas dos Anos Iniciais que tinham no exercício em exame: [Até 24 alunos]	366
29. Informe a quantidade de turmas dos Anos Iniciais que tinham no exercício em exame: [De 25 a 30 alunos]	335
29. Informe a quantidade de turmas dos Anos Iniciais que tinham no exercício em exame: [De 31 a 33 alunos]	103
29. Informe a quantidade de turmas dos Anos Iniciais que tinham no exercício em exame: [Acima de 33 alunos]	60
30. Informe a quantidade de turmas dos Anos Iniciais em que o espaço por aluno em sala de aula (área da sala dividido pelo nº de alunos) era: [Superior ou igual a 1,875 m ²]	0
30. Informe a quantidade de turmas dos Anos Iniciais em que o espaço por aluno em sala de aula (área da sala dividido pelo nº de alunos) era: [Superior ou igual a 1,20 e inferior a 1,875 m ²]	0
30. Informe a quantidade de turmas dos Anos Iniciais em que o espaço por aluno em sala de aula (área da sala dividido pelo nº de alunos) era: [Superior ou igual a 1,00 e inferior a 1,20 m ²]	621
30. Informe a quantidade de turmas dos Anos Iniciais em que o espaço por aluno em sala de aula (área da sala dividido pelo nº de alunos) era: [Inferior a 1,00 m ²]	0
31. O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB vem cumprindo as atribuições de sua competência?	SIM
32. O Conselho de Alimentação Escolar vem cumprindo as atribuições de sua competência?	SIM

2020-Questionário IEGM: i-Cidade

Resposta do questionário 1

Quesitos i-Cidade

1. O município possui Setor/Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil estruturado(a) (Lei nº 12.608/2012)?
Sim
2. A prefeitura municipal possui local físico com sala e telefone para atendimento de ocorrências de Proteção e Defesa Civil?
Sim
2.1. Qual número de telefone:
(94)3321-8990
3. O município utiliza alguma forma de registro eletrônico para cadastramento de ocorrência de Proteção e Defesa Civil?
Sim
3.1. Qual a forma de registro?
S2ID
4. O município possui algum tipo de levantamento para identificação de risco para intervenções do Poder Público?
Sim
5. O município possui Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil?
SIM
6. O município capacita seus agentes para ações municipais de Proteção e Defesa Civil?
SIM, a maior parte de seus agentes
6.1. Descreva a forma sucintamente
Palestras, simulados de desastres, treinamentos e workshop de proteção e defesa civil.
7. Se o município possui mais de 20.000 habitantes, foi elaborado seu Plano de Mobilidade Urbana?
SIM
8. O município possui um estudo de avaliação da segurança de todas as escolas e centros de saúde atualizado?
Não
9. O município está cadastrado no Sistema de Proteção e Defesa Civil Estadual?
Sim
10. O município está listado no Programa Construindo Cidades Resilientes, do Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres?
Sim
11. O município possui ameaças potenciais mapeadas?
Sim
11.1. Qual(is)? [Inundações]
Sim
11.1. Qual(is)? [Secas]
Sim
11.1. Qual(is)? [Barragens de água]
Não

11.1. Qual(is)? [Áreas de ocupação clandestinas (loteamentos, etc.)]
Sim
11.1. Qual(is)? [Lixões]
Não
11.1. Qual(is)? [Loteamentos em situação de risco]
Não
11.1. Qual(is)? [Barragens de rejeitos de mineração]
Sim
11.2. No caso de haver barragens de rejeitos de mineração, houve regulamentação da atividade?
Sim
11.2.1. Qual o número da lei?
Portaria DNPM nº 70.389/2017
11.3. Já foi exigido da empresa mineradora o plano de ação em caso de acidente?
Sim
11.3.1. O plano de contingência foi elaborado considerando o plano de ação - Lei nº 12.608/12?
Sim
12. O município utiliza sistemas de alerta e alarme para desastres?
Sim
12.1. Qual a frequência (em dias)?
1
13. As vias públicas pavimentadas estão devidamente sinalizadas (vertical e horizontalmente) de forma a garantir as condições adequadas de segurança na circulação? CTB, art. 88
SIM - a maior parte das vias
14. Há manutenção adequada das vias públicas no município?
SIM - a maior parte das vias

2020-Questionário IEGM: i-Amb

Resposta do questionário 1

Quesitos i-Amb

1. Sobre o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) – Lei nº 12.305/2010 –, informe:
Instrumento normativo publicado ou promulgado
2. A prefeitura municipal realiza a coleta seletiva de resíduos sólidos?
Não
2.1 Descreva o processo de destinação:
3. A prefeitura possui Plano de Gestão de Resíduos da Construção Civil elaborado e implantado de acordo com a resolução CONAMA 307/2002 e suas alterações?
Não
3.1. Informar a lei:
4. Sobre programa ou ação de educação ambiental na rede escolar municipal, informe o número de escolas dos Anos Iniciais (1º ao 5º ano do Ensino Fundamental) que adotam programa ou ação de educação ambiental:
8
5. A prefeitura municipal estimula entre seus órgãos e entidades de sua responsabilidade projetos e/ou ações que promovam o uso racional de recursos naturais?
PARCIALMENTE
5.1. Descreva sucintamente:
Palestras, Cartazes, Placas Educativas e Acompanhamento pelo Departamento de Educação Ambiental.
6. A prefeitura possui ou participa de algum programa ou ação que promovam a melhoria contínua da qualidade ambiental no município?
Sim
6.1. Qual?
Ações em Escolas Públicas no Município
6.2. Descreva sucintamente:
Conscientização Ambiental entre os alunos, Passeadas Educativas e Trilhas ambientais.
7. A prefeitura possui alguma estrutura organizacional para tratar de assuntos ligados ao Meio Ambiente Municipal?
Sim
8. A prefeitura participou de treinamento oferecido pelo Corpo de Bombeiros para brigadas antifogo ou planos para desastres naturais ou ações de contingência ou similares (privilegiando a participação de membros da Guarda Municipal, Defesa Civil, Tiro de Guerra, brigadistas de indústrias, usinas e empresas etc, inclusive para os municípios que possuem Unidades de Corpo de Bombeiros)?
SIM, na maior parte
9. O município possui seu Plano Municipal de Saneamento Básico?
Sim
10. Informe os instrumentos normativos que tratam do Plano Municipal de Saneamento Básico: [Lei(s)]
11.445/2007

10. Informe os instrumentos normativos que tratam do Plano Municipal de Saneamento Básico: [Decreto(s)]
094/2014
10. Informe os instrumentos normativos que tratam do Plano Municipal de Saneamento Básico: [Outros. Quais?]
0
11. Qual o percentual da população do município abrangida pelo serviço de fornecimento de água tratada?
Outros
11. Qual o percentual da população do município abrangida pelo serviço de fornecimento de água tratada? [Outros]
45
12. Qual o percentual da população do município abrangida pelo serviço de coleta de esgotamento sanitário?
Não possui registro
12. Qual o percentual da população do município abrangida pelo serviço de coleta de esgotamento sanitário? [Outros]
13. Qual o percentual de tratamento do esgotamento sanitário?
Não possui registro
13. Qual o percentual de tratamento do esgotamento sanitário? [Outros]
14. Existem ações e medidas de contingenciamento para os períodos de estiagem?
Não
14.1. Descreva quais as ações e medidas:
15. Existem ações e medidas de contingenciamento para provisão de água potável e de uso comum para a Rede Municipal de Ensino?
Sim
15.1. Descreva quais as ações e medidas:
Poço Artesiano em Escolas
16. Existem ações e medidas de contingenciamento para provisão de água potável e de uso comum para a rede municipal da Atenção Básica da Saúde?
Sim
16.1. Descreva quais as ações e medidas:
Poço Artesiano nos Postos de Saúde.
17. Há um plano emergencial com ações para fornecimento de água potável à população em caso de sua escassez?
Não
17.1. Descreva o plano:
18. O município participa do programa estadual / regional de gestão ambiental?
SIM
19. O município está habilitado junto ao Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMA, para licenciar os empreendimentos de impacto local?
SIM
20. Por que motivo a prefeitura municipal ainda não possui Plano de Resíduos da Construção Civil implantado?
Plano em fase de elaboração
21. A prefeitura participa de alguma instância de planejamento e gestão regional (tais como comitê de bacia, conselho regional/metropolitano, conselho gestor de APA - Área de proteção Ambiental), que promova a melhoria contínua da gestão ambiental municipal e da região em que está inserida?
Sim

21.1. Descreva quais as ações e medidas:

Comitê de Bacia do Rio Itacaiúnas.

22. O município ainda lança, a céu aberto (lixões), seus resíduos sólidos? (LF nº 12.305/10, art. 47, II)

Sim